

Jari, a porta estratégica do Amazonas

Entrada para os campos gerais, entre a floresta e a fronteira, o projeto poderá abranger uma das regiões mais ricas do País

GERARDO MELO MOURÃO

Até aqui, a imprensa tem se ocupado do caso do Jari apenas sob os aspectos econômicos e morais do gigantesco Panamá amazônico que o norte-americano Daniel Ludwig impingiu a alguns empresários e ao governo do Brasil — isto é, ao povo brasileiro, que é sempre quem paga a conta desse tipo de negócios. Inclusive os milhões de dólares repassados por bancos estrangeiros ao BNDE, entregues diretamente na mão peluda e insaciável de Ludwig, por ordem expressa do então presidente Ernesto Geisel, contra todos os pareceres daquele Banco, afinal contrariados ou remediados por inspiração do Divino Espírito Santo. Mas isto é outra história. Até porque a história de Ludwig — ou Daniel, como o chama com intimidade e ternura seu sócio e sucessor, o Antunes da Icomi — outro Panamá amazônico onde a avidez predatória de brasileiros irresponsáveis e de seus padrões estrangeiros conseguiu esgotar e vender a preço de banana uma das mais preciosas reservas naturais não-renováveis do País — as reservas de manganês do Território do Amapá. Mas isto é outra história.

O que a "Folha" pretende hoje, pela primeira vez na imprensa do País, é oferecer um enfoque novo sobre o caso do Jari que, sem deixar de ser um "affaire" escandaloso, é um trecho da mais alta importância para a geopolítica brasileira. Fazer uma empresa no Jari não era um erro. O erro, a perversidade, foi entregar esse problema nacional à irresponsabilidade e à aventura — erro que deveria ser corrigido pelas forças da segurança nacional, e não pelo mesmo advogado venturoso que armou o jogo da venda da Light. Mas isto também é outra história.

O que a nação precisa é ser alertada para a relevância geopolítica de um projeto nacional no Jari. O escândalo dos que se banquetearam ontem com esse pedaço do Brasil, e que continuam a devorar hoje esse pernil da Amazônia, será objeto de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, já anunciada pelo vigilante deputado Hélio Duque. Do problema de geopolítica nacional propriamente dito, ocupa-se o texto a seguir, mais do que uma entrevista, um ditado feito ao repórter pelo ex-deputado federal Ferro Costa, da bancada do Pará, que por essas e outras terá sido cassado em 1964. Conhecedor profundo e apaixonado de sua região, onde se encontra a grande sesmaria do Jari, o deputado Ferro Costa foi capaz de tratar do assunto de uma forma que pouca gente conseguiria fazer neste momento: com serenidade e conhecimento de causa.

Afinal, que é o Jari, do qual todo mundo fala, e pouca gente sabe o que é?

LOCALIZAÇÃO

"O Jari — explica o deputado Ferro Costa — domina o braço do rio Amazonas, circunscrita que sugere, desde logo, uma indicação: — teria sido um acaso sua escolha para a implantação do projeto do sr. Ludwig?

A pretensão desse senhor concebera, desde o início, a possibilidade de ocupar, com o projeto, uma área que iria até Tumucumac, no maciço das Guianas, tomando o lado esquerdo do rio Amazonas.

A história da gleba propriamente dita, repete toda a história clássica das grandes propriedades no Brasil. O grupamento das propriedades do Jari foi formado pelo coronel José Júlio de Andrade, na década de 1920. José Júlio de Andrade era um coronel de título sertanejo ou da Guarda Nacional, que teve enorme influência política na região, durante a República Velha. Se bem me lembro, foi senador estadual. O que é certo é que comprou a posse legítima das terras, e fundou uma cidade na foz do Jari — a cidade de Arumanduba.

Dominada a foz, o coronel dominou toda a navegação do Jari, onde só entrava e saía quem ele bem quisesse. Dominava com mão de ferro sua sesmaria e o império econômico nela implantado, com a extração da borracha, a exploração dos castanheais nativos e uma pequena criação de gado. O regime que impunha aos colonos era tão severo, de verdadeira escravidão, que provocou um levante sangrento dos explorados. Tinha a violência típica dos engolidores de terra e dos pioneiros em geral. Através de pressões e truculências foi comprando as posses dos colonos em redor, chegando a constituir um conglomerado de trezentos e cinquenta e tantos mil hectares.

Segundo a lenda, o coronel teria ficado leproso, o que o levou a desgostar-se da propriedade, que acabou abandonando. A organização entrou em colapso. Seus herdeiros venderam a um grupo de portugueses de Belém, um Fonseca, um Antônio Teixeira e um José Martins — seis ao todo, gente do ramo do comércio, da estiva, de negócios de castanha e navegação fluvial. Depois de algum tempo, os seis sócios se desentenderam, e resolveram vender a propriedade. Através de terceiros, conheceram um estrangeiro chamado Daniel Ludwig, que comprou as terras na baía das Almas, começando sua grande aventura amazônica. Era na década de 60.

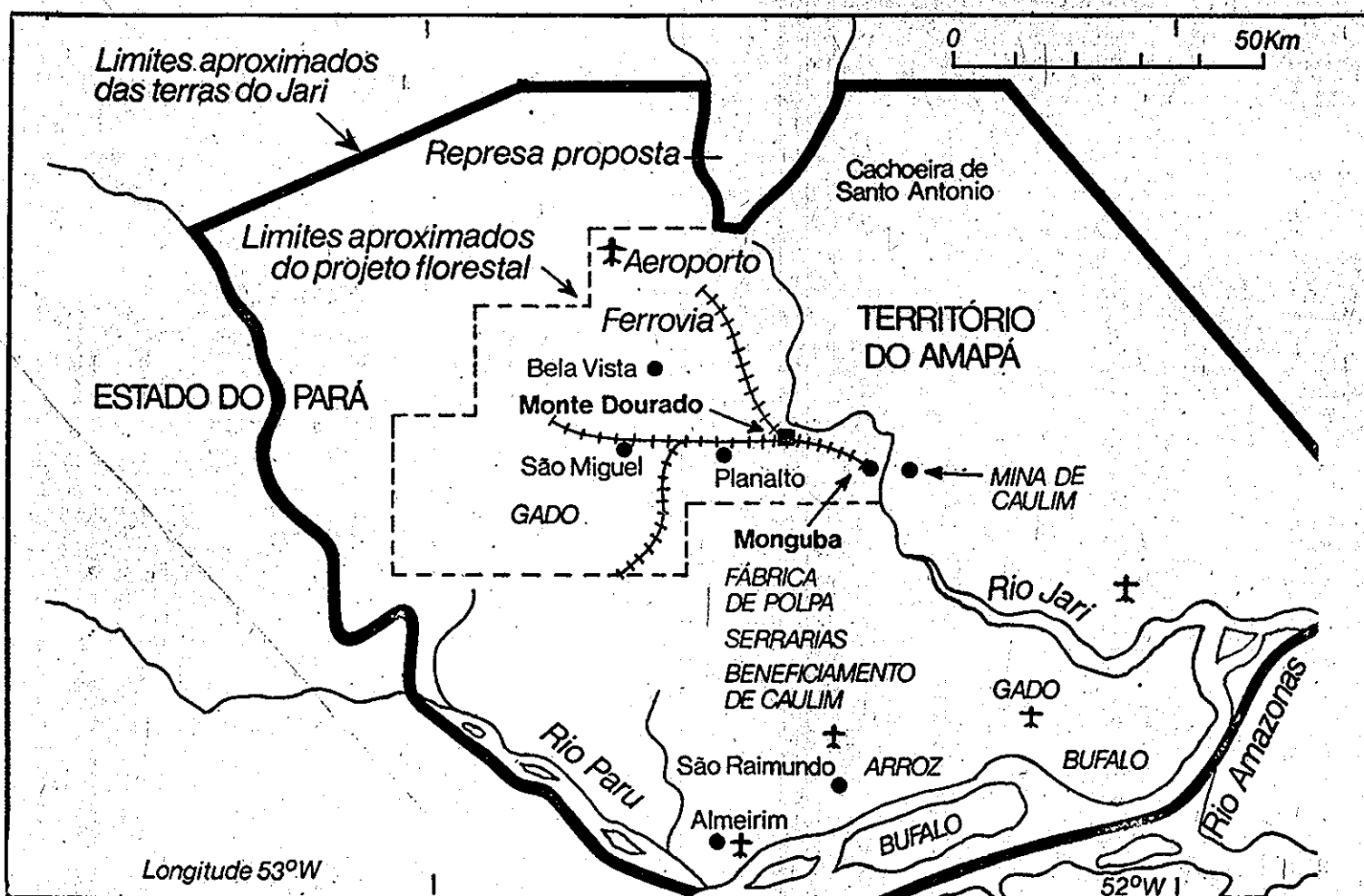
PAIS DO TAMANHO DE ISRAEL

As escrituras das terras compradas por Ludwig não eram muito católicas. Davam margem a questionamentos e interpretações. Um dos melhores trabalhos sobre "cadeia dominial" da região foi feito para Ludwig pelo dr. Otávio Avertano Rocha, um dos mais brilhantes advogados do Pará. Do ponto de vista de Avertano, o conglomerado poderia chegar, no mínimo, a 1.600 mil hectares, isto é, 16 mil quilômetros quadrados, o que, em termos territoriais, significa mais de metade da Bélgica (30.513 km²), cerca de uma vez e meia a Jamaica (10.991 km²) e cerca de três quartas partes o Estado de Israel, com os novos territórios incorporados (20.770 km²).

Ainda para uma avaliação da extensão do latifúndio do Jari, vale a pena lembrar que ele seria 15 vezes maior do que o antigo Estado da Guanabara, onde vivem para mais de 8 milhões de habitantes. Isto era o mínimo que pretendia o sr. Ludwig, pois, na verdade, sua visão das escrituras que comprara, e dos adendos que pletava, era muito mais elástica, compreendendo um verdadeiro país nos espaços vazios que começou lentamente a incorporar em sua fantasia, sempre ajudada, não se sabe se por descuidos oficiais ou por manipulação de influências inconfessáveis.

ENTRA O CSN

A primeira oposição encontrada pelo poderoso ocupante da sesmaria foi a enérgica e violenta reação do Conselho de Segurança Nacional, liderado pelo Almirante Gama e Silva, por sinal paraense e conhecedor da região. Sob inspiração do Almirante



te Gama e Silva, criou-se o GEBAN — "Grupo Executivo do Baixo Amazonas" — dentro do Conselho de Segurança Nacional, exatamente para opor-se à força de Ludwig — imensa durante o governo Médici e quase onipotente no governo Geisel.

Os primeiros desgostos de Ludwig, ele os teve exatamente com o Almirante Gama e Silva, com o grave problema dos estivadores. Tendo uma enorme movimentação de carga — máquinas importadas — Ludwig pretendia movimentar a estiva pesada do serviço portuário com empregados seus, e não com os estivadores. Era uma violação contra o salário mínimo dos profissionais. A União dos Estivadores, integrada pelos sindicatos do Pará e do Amapá, reagiu violentamente, a ponto de anunciar uma greve, para impedir a pretensão do senhor do Jari. A capitania dos Portos, sob inspiração de Gama e Silva, deu ganho de causa aos trabalhadores. Foi a primeira vez que o poder público se fez sentir diante da empresa. E desde então, passou a existir um clima de fricção entre o negócio do Jari e alguns setores da segurança nacional. Para a opinião pública, o assunto tornou-se polêmico e escandaloso.

O Instituto de Terras do Pará — ITERPA — tomou uma posição que deve ser considerada correta, opondo-se à regularização pura e simples dos 1.200.000 hectares excedentes, pretendidos por Ludwig, na "cadeia dominial" das escrituras originais, e não admitiu sequer falar nos 3 milhões reivindicados, que levariam o Império até os confins de Tumucumac — transformando o Jari num país de porte médio dentro do território nacional.

O ESTADO DO PARÁ REAGE

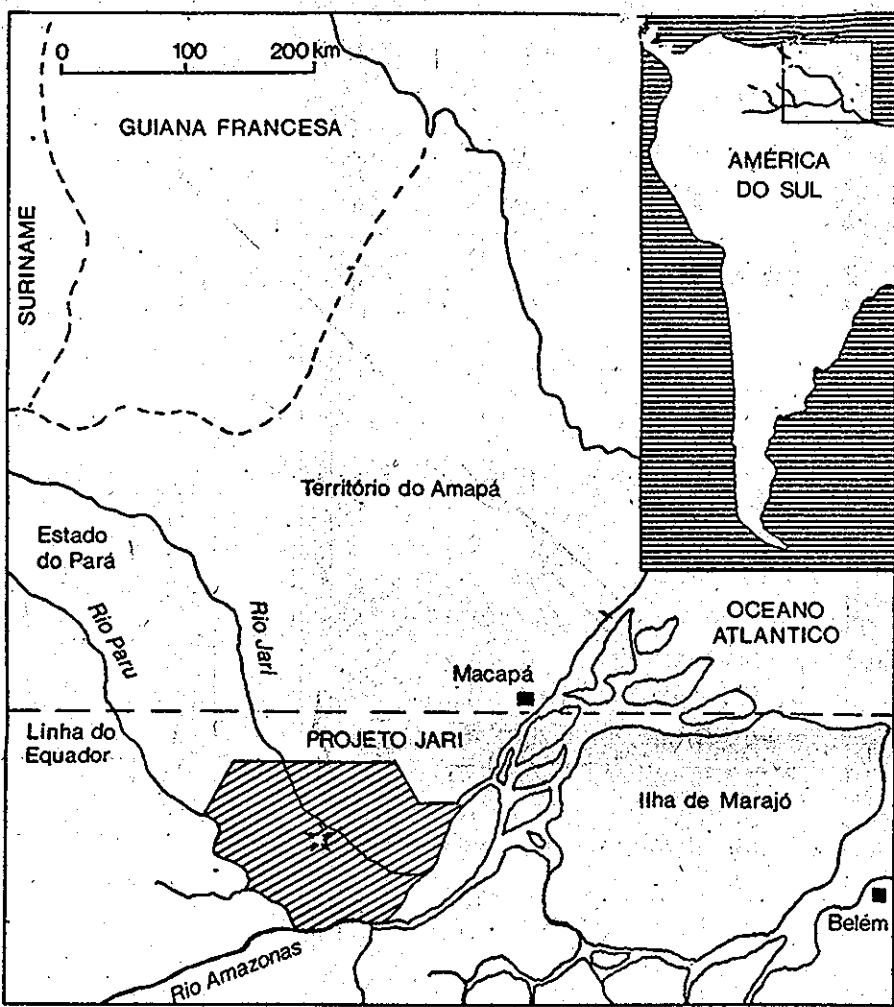
A empresa de Ludwig tratava de sua tarefa de engolir terras junto apenas a autoridades federais. Acontece que as terras visadas pertencem ao patrimônio do Estado do Pará. Certos círculos representativos do Estado chegaram a sugerir, a nível de sondagem, uma gestão conciliadora, com a participação acionária do Pará. A idéia foi repelida veementemente por Ludwig, que contava com a proteção do governo federal, cujo parti-pris não hesitava diante de decisões arrogantes que comprometiam o interesse público e feriam profundamente a autonomia e os interesses do Estado. O raciocínio, de resto, é muito simples, e o silogismo é irrecusável: ou as terras pertencem a Ludwig, sendo uma simples questão de direito privado, ou as terras são públicas, devolutas, e neste caso pertencem ao Estado do Pará. Vai ser preciso um artifício legal para tomá-las ao Estado.

Já se anuncia o envio de mensagem do Executivo ao Senado, para regularizar o assunto. À essa altura, é impossível ocultar uma grave apreensão: a de que, antes mesmo da mensagem aparecer um Decreto-Lei, para servir aos interesses pessoais do Grupo Jari. Na verdade, o Pará tem sido vítima desses Decretos-Leis, e a União vem tomando as terras do Estado cada vez que precisa fazer um favor a alguém, pelo expediente grosseiro de estabelecer áreas de segurança nacional, e assim expropriar aquela unidade da federação sem pagar nada.

E certo que isso ainda não foi feito em relação ao Jari, de modo que, se a área for pública, há de pertencer obviamente ao patrimônio do Estado. Mas já se começa a falar em Incri e Senado — sinal de que deve andar pelos bastidores a preparação de um Decreto-Lei, para subtrair ao comando do Estado as áreas cobradas. Vão tentar, possivelmente, estender sobre elas os efeitos do Decreto-Lei n.º 1.164, de 1.º de abril de 1971, do tempo do governo Médici. Esse decreto tirou 100 quilômetros de cada margem das estradas federais, considerando-as faixa de interesse e propriedade da União. Numerosas estradas foram relacionadas, dando à União as terras devolutas. A medida tem sido ampliada sem cerimônia, e certamente vão providenciar novas estradas no Jari para esse fim.

O governador Alacid Nunes deveria ter assistido a mesa das reuniões que vão tratar do assunto. E singular, aliás, que o senador Passarinho, vinculado intimamente ao governo federal, não tenha sido convidado sequer à assinatura do ato de entrega do Jari a um novo grupo, o que deixou perplexo o meio político paraense. Pois mesmo os adversários do senador na política estadual, fazem-lhe a honra de supor que ele não se acumpliciará pelo silêncio diante da mutilação do patrimônio do Estado que o elegeu.

E claro que, se estivéssemos num país democrático, não existiriam esses recelos, e outros seriam os caminhos. Mas com o abuso dos decretos-leis, tudo é possível. Pode-se sempre supor o pior, embora se deva contar com o espírito público de alguns empresários, que até se recusaram a participar do novo Grupo do Jari, como o sr. Antônio Ermírio de Moraes, e com os precedentes de austeridade e defesa da coisa pública demonstrados pelo Conselho de Segurança Nacional.



ASPECTO POSITIVO DO JARI

O projeto Jari não pode ser considerado só sob o ângulo negativo. Ele tem imensa importância, que ultrapassa mesmo o âmbito regional, inclusive como fonte de reconhecimento dos problemas da Amazônia. Por exemplo: nos idos de 70, no auge do entusiasmo de Ludwig, aportou ao Jari um navio inteiro carregado de equipamentos. Foi a maior frota de máquinas já reunida na Amazônia e no Brasil, com exceção talvez dos canteiros da Hidrelétrica de Itaipu. Ludwig trouxe tratores gigantescos D-8 e D-9 para desmatar a zona destinada a reflorestamento. A questão foi muito discutida na Amazônia, mas o desmatamento foi feito implacavelmente, à máquina, como haviam decidido Ludwig e seus técnicos. Resultado: as plantações não foram bem-sucedidas, nos 50 mil hectares desmatados a mão, e apesar de plantados com um ano de diferença, o novo florestamento cresceu muito melhor, indicando como não se deve agir na Amazônia. Outro problema suscitado pelo projeto Jari, em que Ludwig transformou trechos inestimáveis da floresta amazônica em campos de laboratório de experiências, foi a tentativa de destruir a selva heterogênea, para transformá-la em bosques industriais homogêneos, sem respeito maior às leis da ecologia fitológica da região.

Além disso, não parece correto dizer, nem ecologicamente nem economicamente, que o plantio maciço da "gmelina", importada da Nigéria, tenha sido uma opção bem-sucedida, ou a melhor a ser adotada. Por outro lado, não se pode dizer que tenha sido o sr. Ludwig o descobridor nem o pioneiro da adaptação do "Pinus Caribaea" na Amazônia. Já há longos anos existem os Centros de Pesquisa Florestal da Sudam e da FAO, na região de Santarém, que vêm pesquisando não só espécies locais nativas, como também espécies exóticas adaptáveis ao meio. As pesquisas do "Pinus Caribaea" começaram em 1959, e desde então têm continuado ininterruptamente. Ludwig valeu-se dos dados técnicos já levantados na região. Seus únicos êxitos neste campo não correspondem a uma introdução de tecnologia por ele trazida ao País, mas se devem aos trabalhos anteriores da estação experimental de Curuá-Una, perto de Santarém.

No mais, o que ele fez foi o primeiro grande projeto de homogeneização da floresta amazônica. Mas isso será mais uma levianidade e um delito ecológico do que uma façanha. Pois a homogeneização, que encontra sérias reservas em todos os meios científicos do mundo, é ainda um salto no escuro, uma vez que ainda não há dados científicos sobre suas consequências no equilíbrio ecológico.

A orientação francesa, por exemplo, é completamente outra, com relação à floresta tropical, da qual os fitologistas franceses são os melhores conhecedores, com uma longa experiência na Indochina, na Cochinchina e na África. Sob a direção do "Centre Technique Forestier Tropical", os franceses implantaram a "Cellucum", uma floresta mista, nos Camarões, em 1962. O projeto em questão, como se pode ver nas páginas de "Les Echos" (edição de 11-5-81) associado a organismos internacionais, sem destruir a

floresta, já alcançou uma produção de 122 mil toneladas de polpa de madeira — produção que está em vias de ser duplicada. A Sudam, por sua vez, também sem destruir a floresta, há mais de dez anos, contratou, na região de Jurá, próximo a Santarém, um projeto que começou a produzir papel de excelente qualidade, utilizando equipamento da fábrica Simão. Esse projeto concluiu pela viabilidade da conservação da floresta original, com uma produção de mil toneladas-dia, apenas numa área de 100 mil hectares, com enriquecimento gradativo da área fitológica e sem destruição do meio ambiente.

EXPERIÊNCIA NEGATIVA NO JARI
A experiência do grupo Ludwig no Jari foi um confronto de aventuras empíricas com a prática científica e industrial clássica. A demanda imensa de terras por esse grupo — e parece que por seus sucessores — leva a crer que o ponto de vista inicial do projeto deve ser revisto, para que se resguarde a ecologia da região.

Do contrário, só nos resta supor que estaria por detrás de tudo o espectro de um novo "Bolivian Syndicate" — a área da Amazônia acreana usurpada por grupos internacionais, e por cujo resgate o Barão de Rio Branco teve de pagar 2 milhões de libras. E isso, com a circunstância agravante de que o novo enclave não ficaria na fronteira, mas num dos braços do rio Amazonas.

650 MIL KM²

O programa aprovado pelo governo fala de 1 milhão de hectares a ser aproveitados. No entanto, os recentes levantamentos feitos na Amazônia, desde os projetos RADAM, SUDAM, FAO e outros, esclarecem que a extensão da várzea na Amazônia é de 6 milhões e 500 mil hectares, ou seja, 650 mil km², mais do que a superfície do Estado de Minas Gerais (587.172 km²), e quase três vezes a área do Estado de S. Paulo (247.398 km²). Um país maior do que a França e quase duas vezes maior do que a Itália inteira.

Como a várzea da Amazônia pode produzir no mínimo duas safras por ano, em virtude da insolação permanente, só o aproveitamento dessas terras poderá dobrar toda a produção agrícola brasileira. Nesse ponto, a experiência de Ludwig na confluência do Jari-Amazônia é de transcendental importância, seja para selecionar equipamentos e processos tecnológicos, seja para estudo de eventuais correções de solo. Essa experiência, feita de forma aventureira e equivocada, está a indicar uma série de coisas que não devem mais ser feitas. Por exemplo: os técnicos estão denunciando que a falta de alguns micro-elementos, como o enxofre, fez fracassarem algumas das iniciativas.

Além disso, o domínio da melhor tecnologia. E indiscutível que os dados conseguidos são de grande interesse, e podem servir de base a uma nova política agrícola nacional.

FRONTEIRA VIVA E FRONTEIRA MORTA

A margem esquerda do rio Amazonas é extremamente despovoada, e sua ocupação só

agora começa a efetivar-se, através de iniciativas como o projeto Bauxita e outros. Por isso, a fronteira norte, que nos separa da Venezuela, Guiana e Colômbia, é uma fronteira morta. Parece evidente que havia um sentido estratégico, mais do que econômico, no projeto da Perimetral Norte, que margela toda essa fronteira. Pois entre essa fronteira e a floresta existem imensos campos gerais, que abrangem dezenas de milhões de hectares, e que vão, com algumas curtas interrupções, desde o Pará, até o Território de Roraima. Essa região comporta, segundo os técnicos, dezenas de milhões de cabeças de gado, numa exploração racionalizada. O Projeto Jari, desenvolvido de maneira correta e competente, seria uma ponta de lança para chegar a essa região ainda virgem, capaz de mudar a geografia econômica do País.

Talvez por isso, é que Ludwig pretendia 3 milhões de hectares, até o Tumucumac. Vale a pena acentuar que os paraenses já tinham, de longa data, essa visão do problema. No período áureo da borracha, chegou a ser votada uma lei estadual, no princípio do século, abrindo uma estrada de Obidos até os Campos Gerais. Sobreveio a decadência da borracha, e a estrada não se fez.

O PROBLEMA ESTRATÉGICO

O governo não pode deixar de estar preocupado com o problema estratégico do Jari, sobretudo com as perspectivas de uma possível confrontação entre a Venezuela e a Guiana. Além da Perimetral, há um projeto de estrada partindo de Alencar até a região norte. Para que se entenda melhor: Alencar é uma cidade vizinha a Obidos, próxima das grandes jazidas de bauxita — o que faz prever uma grande movimentação na política estratégica, econômica e diplomática do País no próximo decênio, com relação ao lado esquerdo do Amazonas, do qual o Jari é apenas a porta.

Tornada viva a fronteira norte, necessariamente os demais países vão fazer uma colonização intensa, provocando um novo regime de trocas e um inevitável deslocamento de populações. É óbvio que o desenvolvimento da região não se poderá fazer à base do latifúndio: nunca houve harmonia entre o interesse nacional e o latifúndio. Este é o grande desafio político e econômico a ser enfrentado na margem esquerda do rio Amazonas. E a esse respeito que é necessário que se projete um programa, pois o Projeto Jari não é apenas um projeto paraense, e muito menos um negócio de empreiteiros comerciais. É um projeto nacional, que não pode continuar entregue à aventura em que se situou o grupo Ludwig.

A AMCEL

O programa se projeta em ambas as margens do rio Jari. Ao que se sabe, já existe uma sociedade — AMCEL — da qual participam como sócios os srs. Antunes e Ludwig, com um projeto de reflorestamento do cerrado amapaense. Pouca gente sabe disso, mas há uma vastíssima extensão de cerrado no Território do Amapá. É público e notório que as reservas de manganês do Amapá estão chegando ao fim. Já agora, para aproveitar o manganês de baixa qualidade, o grupo Antunes instalou em Porto Santana, no Amapá, uma usina de pelotização do minério, para o conhecido processamento que consiste em concentrar o manganês, elevando o teor, e formar as pelotas com um aglomerante, ao que parece, calcáreo.

Mas mesmo com todos esses expedientes, o manganês está chegando ao fim, ameaçando deixar ociosos os aglomerados de Santana e Serra do Navio. Daí o gigantesco projeto madeireiro do grupo Antunes, em sociedade com Ludwig, para enriquecer ou florestar o cerrado. Haveria, assim, uma simples transposição de atividades, e a infra-estrutura seria aproveitada para outros fins. Parece lógica a evidência de que os entendimentos entre os dois sócios vêm de longe, e que, com a transferência do Jari das mãos de Ludwig para as de Antunes, o negócio ficou dentro de casa.

Medite-se, a propósito dessas coincidências, que as atividades econômicas do Território do Amapá são traquissimas. A exceção dos projetos da ICOMI, do grupo Bruynel (madeira) e do próprio Jari, não há outras iniciativas dinâmicas na região. A tal ponto que, literalmente, se joga energia na água. Explicando: é tão débil a economia do Amapá, que a Hidrelétrica Coaracá Nunes não tem consumidores para manter o equilíbrio de suas turbinas. Faz-se, então, a descarga no rio, com acúmulo da água, para jogar fora pelo menos 20 mil KWH.

O governo ainda não teve imaginação ou possibilidade para fomentar a iniciativa privada, por isso o latifúndio continua soberano. Os administradores fazem custosas obras públicas, edifícios espetaculares, e nisso se esgotam. Este é o "modelo brasileiro" no extremo norte, com suas cidades artificiais e suas legiões de funcionários, sem qualquer participação do povo. O governo no qual incapaz até de dar continuidade a aventuras pioneiras, como a da FAB, em que o Brigadeiro Camarão levou para a zona de Tiriós, na margem esquerda do rio, um plantel inicial de búfalos e bois. Parece que aquele furor dendrófobo do caboclo brasileiro, denunciado por Euclides da Cunha, se apoderou dos governos, esquecidos de que na própria região do cerrado amapaense podem plantar mais de 500 mil hectares de floresta, sem derrubar uma árvore. Enquanto isso, sem que se saiba até onde o interesse nacional está sendo defendido, vão sendo entregues a grupos duvidosos a selva amazônica, os rios, o caulim de Mazagão, os minérios — tudo isto e o céu também.

LEMBRANDO DE GAULLE

O sistema de negociação do governo brasileiro no caso do Jari, como em tantos outros, faz lembrar um episódio lembrado na biografia do general De Gaulle. Um amigo muito rico de De Gaulle, que havia participado da campanha que levou seu partido à vitória, após a euforia da subida ao poder, pediu uma audiência ao general, de quem era íntimo amigo. O presidente quis saber qual era o assunto da audiência. O rico empresário informou ao chefe de gabinete: "Privé". A audiência foi negada, porque o general De Gaulle não podia admitir que o Presidente da França tivesse assuntos privados a tratar com um homem de negócios.

Aqui, se antecipa um decreto-lei, que obviamente virá, para expropriar as terras do Estado do Pará em favor de grupos privados. Num regime verdadeiramente democrático, de debate franco, certamente não aconteceria um caso assim, típico e próprio dos regimes fechados, em que o povo não se defronta com a lei, mas com os fatos consumados. Até aqui o deputado Ferro Costa. Pela redação — G.M.M.